



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639940 - RJ (2021/0012187-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARIANGELA BENEDETTO GIUSTI - RJ165552
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ADILSON LUIZ DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus impetrado em favor de ADILSON LUIZ DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Agravamento em Execução n. 0287487-65.2013.8.19.0001).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade num total de 18 anos de reclusão, pela prática do crime de estupro de vulnerável, com término previsto para 13/2/2031 e teve indeferido pelo Juiz da execução, o pleito de visita periódica ao lar.

Interposto agravo em execução perante o Tribunal estadual, a insurgência foi desprovida.

O impetrante sustenta que o paciente faria jus à concessão da benesse, haja vista o preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos previstos no art. 123 da Lei de Execuções Penais.

Aduz que, considerando a pandemia pelo COVID-19, e as condições pessoais do sentenciado, que preenche os requisitos necessários, seria imperioso o deferimento da visita periódica ao lar.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a Visita Periódica ao Lar (VPL).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em habeas corpus é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano, o que, em princípio, não se evidencia, pois o colegiado impetrado explicitou que *"ainda que o Agravante tenha cumprido o requisito temporal e possua comportamento carcerário adequado conforme preconiza a Lei de regência, se me afigura claro que o benefício da visita periódica ao lar, neste momento da execução, como assinalado na decisão hostilizada, não se coaduna com os objetivos da pena, a teor do que preconiza o inciso III do artigo 123 da Lei de Execução Penal"*. (fl. 68)

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares

da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 68/70):

"No que toca à alegação de que o ora Agravante integra o grupo de risco de maior contágio da covid-19, certo é que não somente os encarcerados estão suscetíveis a contrair a referida doença, mas, a bem da verdade, qualquer indivíduo tem a possibilidade de se infectar com o vírus da covid-19. Ademais, na decisão acostada às fls. 47/49, observo que a alegação defensiva acerca do estado de saúde do ora Agravante diante da pandemia foi detidamente analisada pelo Juízo das Execuções, sendo indeferido pleito de prisão albergue domiciliar, inclusive ressalte-se que ao ser ele acometido por um acidente vascular cerebral recebeu os devidos cuidados médicos no sistema penitenciário. Ainda, neste ponto, não se pode deixar de mencionar, parecer elaborado pelo Grupo de Trabalho da Covid-19 do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul concluiu que durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública, os custodiados, principalmente aqueles pertencentes ao grupo de risco, devem se manter recolhidos no Sistema Prisional, ambiente no qual sua condição de saúde é constantemente monitorada."

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência